

**Plano e Orçamento 2006**

**Deputada Cláudia Cardoso**

**Horta, Sala das sessões, 23 de Novembro de 2005**

Senhor Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciamos hoje o debate do Plano e Orçamento para 2006 que se apresenta como um dos maiores planos de sempre, verificando-se um aumento percentual de 2,5 relativamente ao Plano de 2005. Discutiremos ao longo destes três dias a validade das suas propostas, a importância do estabelecimento das suas prioridades e o significado político do seu conteúdo.

Estamos preparados para o debater, defendendo-o naquilo que merece ser defendido e sugerindo alterações nos aspectos que entendermos estarem menos bem delineados. Gostaríamos de contar, para bem da democracia, com uma oposição dialogante e, sobretudo, substantivamente proponente, mas na verdade não esperamos grande coisa desta oposição. Por seu exclusivo demérito tem revelado em sucessivos documentos previsionais que se limita ao exercício da demagogia mais básica, e à crítica fácil e demolidora, que em mais de cem páginas e num investimento superior a 550 milhões de euros não vislumbra uma única qualidade, ou ao menos uma proposta válida. Sabemos bem que é difícil para a oposição falar dos Açores quando o maior diálogo decorre dentro de portas. Por isso compreendemos o desnorteamento que a faz incapaz de cumprir a mais elementar das suas funções. Gostaríamos pela nossa parte de ter um

parlamento a várias vozes. Foi isso que os Açorianos elegeram e é com isso que contam. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão pela sua parte, preparados para fazer o que lhes compete. E sabemos, por via deste Plano e Orçamento, que também o Governo regional está preparado para continuar a responder às questões que a sociedade açoriana coloca e que está preparado para esclarecer esta Assembleia. Resta saber se todos que aqui estão querem de facto ser esclarecidos, já que anunciam invariavelmente o voto contra, antes mesmo de saber se este pretende integrar ou não as suas propostas.

Enquanto a oposição se degladia com estas questões insolúveis ao Governo cabe governar e aos deputados da maioria parlamentar que o suporta cabe louvar as escolhas que merecerem louvor e alterar aquelas com que não concordarem. É precisamente o que faremos.

Os Açores e os Açorianos não podem nem devem esperar. E por isso o Governo deve governar. E a todos nós cabe possibilitar isto mesmo. O Plano Anual e o Orçamento reflectem o impulso reformista que caracterizou estes últimos nove anos de governação socialista. Não nos deteremos, pela óbvia desnecessidade, em estéreis comparações entre os Açores que nos legaram em 1996 e os Açores em que hoje vivemos.

Se o carácter reformista tem sido transversal a diversos sectores de intervenção do governo, a verdade é que foi no sector educativo que este espírito reformista mais se fez sentir. Não nos é sequer possível comparar a situação que herdámos com aquela em que hoje vivemos. Em que de um parque escolar arruinado temos hoje um parque renovado em 86% da sua totalidade. De uma gestão centralizada no Governo temos hoje escolas dotadas de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão, capazes a cada dia de a aprofundarem mais. De alunos portadores de

deficiência fechados em centros de educação especial passámos a escolas que integram saudavelmente os seus alunos e que acentuam aquilo que os assemelha aos alunos do ensino regular e não aquilo que os distingue. De escolas com um corpo docente flutuante, disposto a tudo para se efectivar, temos hoje um corpo docente estabilizado e por isso motivado e motivador. Fizemos muito. E muito do que fizemos foi bem feito. Mas queremos sempre mais e, por isso, a cada ano, o Governo Regional apresenta as suas prioridades e renova os seus compromissos com os açorianos.

Senhor Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

As soluções para a educação não estão disponíveis numa qualquer prateleira de supermercado e, sabemo-lo todos, não se esgotam na carta escolar. De facto, a educação é um reduto amplo de necessidades permanentes. A escola deve ser pensada por isso muito para além do plano de execução de uma rede de infra-estruturas.

Na escola de hoje faz falta muita coisa. Desde logo a valorização do espaço escolar, que assegure a permanente coesão dos professores e o apoio efectivo os alunos. É fundamental que se motivem professores e alunos, para que promovam o reconhecimento mútuo e, sobretudo, um sentimento de pertença à organização escola. Na escola de hoje é preciso reintroduzir o gosto por aprender e não continuar a insistir no modelo que

a sustenta, o de que «eu sou obrigado a aprender o que não gosto, o que não quero o que não me interessa.»<sup>1</sup>

Um plano anual é um documento que espelha o estabelecimento de prioridades em diversos sectores de actuação política e apresenta a forma de cumprimento para um determinado período de tempo das orientações que presidem à tomada de decisão do Governo Regional.

Este Plano para 2006 não é excepção. E apresenta-se quanto a nós enformado de três óbvias virtualidades. A primeira quando cumpre com os objectivos plasmados no Programa de Governo, que por sua vez traduzia diversas promessas eleitorais. A segunda prende-se com a dotação financeira dos sectores sociais e sobretudo do sector educativo. E a terceira virtualidade é a de concretizar obras prometidas e fundamentais para o desenvolvimento do sistema educativo regional e, por consequência, para o progresso da Região.

A primeira destas virtualidades assenta na aposta inequívoca na qualificação dos recursos humanos. Demonstrando que o Governo Regional tem plena consciência que é desta qualificação que se promove o desenvolvimento da economia e com este o tão desejado desenvolvimento social.

Assim, o objectivo «Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade de desenvolvimento» integra um investimento global de cerca de 108 milhões de euros. Este objectivo desenvolve-se ao longo de cinco programas, cuja dotação é em todos os casos superior à do ano transacto. O primeiro Programa «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo» regista um aumento de 30% em relação a 2005;

---

<sup>1</sup> Barros, Eulália, Comunicação em Colóquio, Dezembro de 1995.

o «Desenvolvimento da actividade científica e tecnológica» aumenta 21%; o programa «Juventude, emprego e formação profissional» aumenta 17%; o programa 4 «Património e actividades culturais» aumenta 43,2% e, finalmente, o «desenvolvimento desportivo» sofre um aumento de 11%. Esta análise permite-nos concluir que estamos perante um Plano que reforça substancialmente, em 23% no global do Objectivo, a qualificação dos recursos humanos; o que demonstra seguramente que o Governo Regional continua empenhado no fortalecimento da qualificação dos açorianos e que sabe que mamute mais formado estes forem mais preparados estarão para os desafios do futuro, e mais desenvolvimento garantirão à sociedade que os integra.

Atendendo aos princípios que presidem à política de construções escolares enumerados no Plano para 2006 gostaria de salientar dois que me parecem fundamentais e que tem sido responsáveis pelo sucesso da política de educação regional.

O primeiro deles diz respeito à fixação dos jovens nas zonas rurais evitando uma deslocação precoce para os meios urbanos, e o segundo respeita à conclusão do plano de recuperação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo. Estas duas medidas de suprema importância, e a que outros governos antes de nós não souberam atender, estão hoje quase plenamente cumpridas em muitas das nossas ilhas.

E permitiram concretizar duas orientações fundamentais: o do fulcro do sistema de ensino se situar no aluno enquanto utente da escola, e o de que se deve privilegiar sempre os primeiros anos de escolaridade sabendo que estes são determinantes para o desempenho futuro dos nossos alunos.

Existem também nesta enumeração dois aspectos que me parecem dever merecer cada vez mais empenho por parte do Governo Regional como são a dotação das escolas com equipamentos adequados ao grau de ensino ministrado e a substituição de equipamentos obsoletos. Basta conhecer minimamente a realidade das nossas escolas, para percebermos que muitas delas estão mal apetrechadas e possuem ainda equipamentos em desuso, o que nos nossos dias até acontece com relativa facilidade, sobretudo na área das tecnologias de informação.

O segundo destes aspectos é precisamente o esforço continuado que deve ser feito na implementação das tecnologias de informação no sector educativo, já que dele depende em larga medida a sua modernidade. Acontece porém que ainda subsistem lacunas em matéria de apetrechamento de escolas no que às tecnologias de informação diz respeito, e em algumas delas a generalização do computador como ferramenta básica de trabalho ainda não aconteceu, como seria desejável atendendo às orientações comunitárias sobre esta matéria.

No que respeita ao Programa 1, «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo» que ascende a um montante global de cerca de 40 milhões de euros, este apresenta uma elencagem de várias acções que contribuirão para a melhoria significativa do nosso parque escolar. E, como consequência, serão responsáveis por parte do sucesso educativo dos nossos alunos.

Neste programa gostaria de destacar aquelas que me parecem ser as acções mais significativas, quer pela sua necessidade quer pelo número de alunos que servem. Por um lado, assegura-se o financiamento na aposta na construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo,

demonstrando que esta, apesar de ser uma competência sobretudo municipal, continua a merecer por parte do executivo açoriano especial atenção.

Por outro lado, o investimento sustentado em escolas de grande dimensão como é o caso da construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, vulgarmente conhecida por escola de S. Carlos, num montante anual de 7 milhões de euros; ou o caso da construção da E.S. Dr. Manuel Arriaga, na Horta, obra que ascende neste ano a um valor estimado de 7.800.000 €. Finalmente também destacaria a já iniciada requalificação da EB2 Roberto Ivens num volume de investimento do Plano de 2.200.000€.

Este Plano destaca ainda a concretização de projectos há muito aguardados e de inequívoca relevância para as populações que servem, como é o caso da reparação e adaptação ao ensino secundário da EB2,3 de Vila Franca do Campo, num montante de 1.000.000€; a construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça (500.000€), a construção da EB2,3 Ferreira DRummond em S. Sebastião (500.000€), e o início do projecto para a EB 2,3 de Ramo Grande (100.000€).

Como já salientámos anteriormente consideramos que o investimento se deve manter em matéria de equipamentos escolares, já que estes são responsáveis pela promoção do sucesso educativo nas nossas escolas. Daqui decorre a importância crescente de desenvolver o potencial imenso das tecnologias multimédia bem como a Internet para fins educacionais. Estas detêm um papel cada vez mais central nos desafios que a educação enfrenta e devemos prosseguir este esforço de apetrechamento.

Um estudo realizado recentemente indicava que na maioria dos países o ratio de computadores por criança variava entre 5 a 20 jovens por computador e que nos países mais atrasados ascendia a 40 jovens por

computador, entre os quais se encontrava a Grécia e Portugal. Pelo que é fundamental manter o ênfase nesta matéria, mesmo que para isso se abandone o princípio errado que tem presidido a este apetrechamento, o de que este equipamento se destinava primeiro a fins administrativos e docentes e só depois aos alunos.

Gostaria de destacar ainda o relevo dado ao Projecto «Formação profissional», num montante global de 1.337.000€, que garante a continuidade de uma política promotora da qualificação e do princípio constitucional da igualdade de oportunidades. Hoje, existem mais de 7.000 jovens em formação profissional em cerca de 500 cursos de nível I, II e III, jovens estes que proximamente entrarão no mercado de trabalho e que vão contribuir para o rejuvenescimento da população activa, e de cuja capacidade depende o progresso desta Região. Não podemos por isso descuidar a qualidade da formação que lhes está a ser ministrada. Esta deve ser relevante, significativa e potenciadora de maior inserção no mercado de trabalho. Há por isso que atender ao papel do Observatório do Emprego e Formação Profissional. E fazer desta atenção algo consequente, alterando a oferta de formação consoante as necessidades reais do mercado de trabalho.

Senhor Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

No contexto actual de modernização e internacionalização da economia, a educação e a formação profissional assumem cada vez maior importância



porque constituem as condições indispensáveis à participação social dos cidadãos. Da ausência destes factores nasce a exclusão social.

No século em que vivemos pautado pela competitividade e pela especialização, e para enfrentar os seus efeitos nefastos é fundamental que os países apostem nos conhecimentos, nas competências e no saber fazer de cada um dos seus cidadãos. Esta é a chave promotora do desenvolvimento económico.

Só um tecido social qualificado pode sustentar o desenvolvimento da economia. E quanto mais frágil esta for mais dependerá da qualificação dos seus cidadãos. Assenta ainda na possibilidade que cada sociedade tem de actualizar constantemente os conhecimentos dos seus cidadãos. O insucesso escolar há muito que deixou de ser um problema da escola para se tornar um acutilante problema social com evidentes repercussões económicas.

É consensual que os principais beneficiários da escola devem ser os alunos e as suas famílias. Por esta razão todas as políticas que prossigam devem ser avaliadas em função das mais valias com que irão ou não beneficiá-los; quer este benefício seja directo quer não. Neste aspecto em particular e, se analisarmos a implementação das políticas do Governo Regional, constatamos que a esmagadora maioria delas visa beneficiar os nossos alunos. Foi assim quando revitalizou o ensino profissional; foi assim quando implementou o Profij; foi assim quando integrou alunos portadores de deficiência nas nossas escolas; foi assim quando apostou no modelo das básicas integradas; e foi assim quando, por exemplo, criou o currículo regional.

A escola por sua vez precisa reconquistar o seu prestígio e a sua capacidade de atracção, e fá-lo-á se conseguir contrariar as tendências

massificadoras que têm prevalecido e se promover a valorização das suas diversas componentes, do desporto às actividades culturais.

Este Plano demonstra que se continua a apostar nos reais beneficiários do sistema educativo: os alunos. Os do meio rural e os das cidades. Os das famílias esclarecidas e os das famílias mais desfavorecidas. Os que nasceram na Região e os que tem outras nacionalidades e dominam outras línguas.

Os Açores serão tão mais desenvolvidos quanto mais formada for a sua população. E a escola precisa de se actualizar. A escola precisa hoje de se adequar. Precisa de ser promotora, proponente e significativa. E para isso tem de contar com o apoio dos seus docentes, do pessoal não docente e das famílias.

Hoje é fundamental que saibamos tornar a escola atraente num mundo de múltiplos estímulos, que estão à disposição dos nossos jovens. E que continuam, infelizmente, a estar mais à disposição de uns do que de outros. Mais dos que pertencem a famílias informadas, formadas e com acesso às novas tecnologias, por contraponto aos outros, os que cumprem o invariável ciclo de pobreza trilhado pelos seus pais, porque não dispõem dos mesmos meios nem, sobretudo, da mesma motivação. Saibamos, porém, que todos os dias em muitas salas de aula desta Região há gente a fazer por contrariar isto. A escola necessita urgentemente de se actualizar, modernizar, adequar e flexibilizar.

O Governo Regional tem por isso a co-responsabilidade de fazer da escola um lugar aliciente, valorizando a docência, individualizando as aprendizagens do alunos, envolvendo as famílias. Este é o maior desafio. Porque o sucesso educativo não pode obedecer a um caderno de encargos e a sua solução progressiva não passa por uma folha de despesa.

É tempo por isso de nos concentrarmos na qualificação dos nossos recursos humanos, na disseminação e generalização do uso das novas tecnologias da informação, na melhoria da média do grau académico, no combate ao insucesso escolar, e na operacionalização generalizada de projectos individuais nas escolas e com as famílias.

Senhor Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

Muito se fez no campo da educação. E muito do que se fez foi bem feito. Mas não podemos parar para descansar. Se hoje estamos incomparavelmente melhor do que quando em 1996 aqui chegámos, este deve ser motivo de orgulho, mas não de resignação. Estamos seguros de estarmos no caminho certo: o da qualificação dos recursos humanos.

No país 30 anos de democracia e 27 Ministros depois a educação continua a ser encarada como um problema do futuro. O Governo Regional tem feito por presentificá-la.

Na verdade, os governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista têm feito pela qualificação dos nossos recursos humanos. E continuam hoje a fazê-lo! Quando constroem novas escolas, quando as apetrecham, quando formam os docentes desta Região e quando encaram a educação não como uma obrigação, mas como um direito consagrado constitucionalmente.

E quando trilham o caminho do combate sério pela qualidade. Faz-se da qualificação do pessoal docente, da sua avaliação contínua, continuada e sobretudo consequente; faz-se da aposta no apetrechamento tecnológico,

faz-se da adequação que a escola pode proporcionar, faz-se da capacidade de coesão de cada uma delas e de todas elas entre si.

Senhor Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

Hoje debatemos o Plano e o Orçamento para 2006 que estabelece com clareza as prioridades a seguir. Estamos seguros de que este procede a escolhas criteriosas, elenca prioridades inadiáveis e traça o caminho certo para ganharmos a batalha da qualificação dos nossos recursos humanos. É tempo de o trilharmos com convicção.

É também verdade que temos o privilégio de fazer pela educação o que outros antes de nós não quiseram ou não puderam fazer. Transformámos completamente a face do sistema educativo regional e prometemos com este Plano para 2006 continuar a transformar.

A cumprir o que dissemos como sempre temos feito com os nossos compromissos. A tempo. Em tempo. Acrescentando mais e sobretudo melhor educação ao tempo em que nos coube viver. Colocando-nos como agentes transformadores de um tempo que não pode, sem a ajuda da omissão intencional, ver desmentida a grande obra que os governos do Partido Socialista operaram em matéria de educação e que, por via deste Plano e Orçamento, demonstram querer continuar a operar.

Disse.